

ADS Energias Renováveis S.A.

CNPJ/MF nº 13.439.535/0001-05

Balancos Patrimoniais – 31 de dezembro de 2025 e 2024					Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024				
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)					Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				
	Notas	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	Notas	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante					Saldos em 31 de dezembro de 2023				
Caixa e equivalentes de caixa	7	6.490	10.373	27.132					
Contas a receber de clientes	8	-	-	9.918					
Impostos a recuperar		476	231	957	18.c	-	-	-	-
Dividendos a receber	24	4.447	4.033	-	18.d	-	-	-	-
Outras contas a receber	9	4.559	-	9.782					
Total do ativo circulante		15.972	14.637	47.789					
Ativo não circulante					Saldos em 31 de dezembro de 2024				
Títulos e valores mobiliários	10	-	-	60.286					
Depósitos judiciais	17	-	-	1					
Investimentos	11	174.969	173.641	-	18.c	-	-	-	-
Direito de uso de ativos	12.a	-	-	4.678	18.d	-	-	-	-
Imobilizado	13	-	-	211.571					
Intangível		-	-	754					
Total do ativo não circulante		174.969	173.641	277.290					
Total do ativo		190.941	188.278	325.079					
Passivo circulante					Saldos em 31 de dezembro de 2025				
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	20.011					
Fornecedores		535	-	2.339					
Passivo de arrendamento	12.b	-	-	190					
Obrigações sociais e trabalhistas		-	-	343					
Tributos a pagar		51	-	564					
Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	-	667					
Dividendos a pagar	18.c e 24	18.880	4.286	18.707					
Outras contas a pagar	15	-	422	30.645					
Total do passivo circulante		19.466	4.708	73.466					
Passivo não circulante					Demonstrações dos Resultados – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024				
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	73.738					
Passivo de arrendamento	12.b	-	-	5.693					
Obrigações sociais e trabalhistas		-	-	-					
Provisão para perdas com processos	17.a	-	-	18					
Provisão para desmobilização	16	-	-	689					
Total do passivo não circulante		-	-	80.138					
Patrimônio líquido		190.941	188.278	325.079					
Capital social		159.888	159.888	159.888					
Adiantamento para futuro aumento de capital		40	40	40					
Reserva legal		4.151	4.026	4.151					
Reserva de lucros		7.396	19.616	7.396					
Total patrimônio líquido		171.475	183.570	171.475					
Total do passivo e patrimônio líquido		190.941	188.278	325.079					

Demonstrações dos Fluxos de Caixa				
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024				
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				
	Nota	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		2.549	17.376	6.986
Ajustes		-	-	-
Depreciação e amortização	20	-	-	18.225
Provisão para contingências	17	-	-	(15)
Perdas (ganhos) monetários não realizados de atividades financeiras		-	-	7
Juros sobre financiamentos e instrumentos financeiros	14	-	-	9.620
Equivalência patrimonial	11	(1.745)	(16.975)	-
Baixa do ativo imobilizado	13	-	-	642
Provisão de juros	14	-	-	2.525
Rendimento de aplicações financeiras não realizadas	22	-	-	(9.723)
Variáveis nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes		-	-	3.601
Impostos a recuperar		(292)	(38)	(545)
Outras contas a receber		(4.559)	-	(5.153)
Fornecedores		535	-	1.338
Impostos a recolher e obrigações sociais e tributárias		50	-	(1.183)
Outras contas a pagar		(421)	92	8.766
Depósitos judiciais		-	-	242
Caixa proveniente das operações		(3.883)	455	34.691
Recebimento de dividendos		-	11.737	-
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	14	-	-	(8.588)
Imposto de renda e contribuição social pagos	23.b	-	-	(3.186)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		(3.883)	12.192	22.917
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Títulos e valores mobiliários		-	-	1.126
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível		-	-	(380)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		-	-	746
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Dividendos pagos	18	-	(4.049)	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos – principal	14	-	-	(19.402)
Pagamento de passivo de arrendamento	12.b	-	-	(878)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		-	(4.049)	(20.280)
Aumento (redução) líquido(a) em caixa e equivalentes de caixa		(3.883)	8.143	3.383
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7	10.373	2.230	23.749
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7	6.490	10.373	27.132
Aumento (redução) líquido(a) em caixa e equivalentes de caixa		(3.883)	8.143	3.383

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas – 31 de dezembro de 2025 e 2024				
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				
1. Informações gerais – A ADS Energias Renováveis S.A. (“ADS Energias” ou “Companhia”), é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Campinas, constituída em 30 de março de 2011 e tem como objeto social: (a) a exploração no Brasil ou em outros países, direta ou indiretamente, dos negócios de geração de energia elétrica provenientes de pequenas centrais hidrelétricas, termelétricas a biomassa, cogeração a partir de biomassa, eólicas, centrais geradoras fotovoltaicas e termos solares, bem como suas instalações de transmissão de interesse restrito e instalações de Interesse Exclusivo de Centrais de Geração para Conexão Compartilhada (“CGCs”); (b) a comercialização de energia elétrica nas diferentes formas e modalidades, participando de todos os segmentos dos mercados especializados, inclusive leilões de compra e venda de energia elétrica; (c) o desenvolvimento de todas as atividades e a prestação de todos os serviços associados ou necessários às atividades de geração de energia elétrica a partir de fontes alternativas, em todas as formas e modalidades, no âmbito do setor elétrico; (d) o exercício de atividades conexas ou relacionadas, direta ou indiretamente, com o objeto social, no Brasil e em outros países; e (e) a participação no capital social de outras companhias ou sociedades empresárias, personificadas ou não, na qualidade de sócia ou acionista, que explorem negócios de geração e comercialização de energia elétrica provenientes de fontes alternativas. Os empreendimentos de geração de energia elétrica de fonte eólica (“Projetos”), de propriedade das controladas da Companhia, fazem parte do Complexo Corredor do Senandes (“Complexo”), constituído de 04 parques eólicos com capacidade instalada de 108,0 MW em um total de 40 aerogeradores, todos em plena operação, que compartilham a mesma subestação e linha de transmissão. Os Projetos foram vencedores do Leilão de Energia de Reserva (“LER”) realizado em 18 de agosto de 2011 (“LER 2011”), tendo contratado a comercialização de 50,5 MW médios pelo prazo de 20 anos. Os projetos estão autorizados pelo Ministério de Minas e Energia (MME) a operar como produtores independentes de energia elétrica até o ano de 2047. A Companhia desenvolve atividades empresariais no segmento de energias alternativas no Brasil através de suas controladas diretas e indiretas, em estruturas integradas denominadas de parques eólicos (“Parques” ou “Projeto”): • ADS ER Complexo Eólico Corredor do Senandes S.A. (“Complexo do Senandes”); • ADS ER Eólica Corredor do Senandes S.A. (“Corredor do Senandes 2”); • ADS ER Eólica Corredor do Senandes III S.A. (“Corredor do Senandes III”); • ADS ER Eólica Corredor do Senandes IV S.A. (“Corredor do Senandes IV”); • ADS ER Eólica Vento Aragono I S.A. (“Vento Aragono I”). 1.1. Consolidação: a) Demonstrações financeiras consolidadas: As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as informações da Companhia e suas controladas, nas quais são mantidas as seguintes participações acionárias diretas e indiretas em 31 de dezembro: i) Controladas: Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas consolidadas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia e suas controladas. ii) Companhias consolidadas: As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as informações da Companhia e suas controladas, nas quais são mantidas as seguintes participações acionárias diretas:				
		Controle direto e indireto no capital social (%)	31/12/2025	31/12/2024
Controladas diretas				
ADS ER Complexo Senandes S.A.	Brasil	100	100	
Controladas indiretas				
ADS ER Vento Aragono S.A.	Brasil	0,01	0,01	
ADS ER Senandes II S.A.	Brasil	0,01	0,01	
ADS ER Senandes III S.A.	Brasil	0,01	0,01	
ADS ER Senandes IV S.A.	Brasil	0,01	0,01	
b) Demonstrações financeiras individuais: Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuído aos acionistas da controladora. 2. Base de preparação, mensuração e declaração de conformidade – As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR-GAAP), com base nos pronunciamentos, orientações e interpretações contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas políticas contábeis a seguir. Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real – R\$, que é a moeda funcional da Companhia. 3. Uso de estimativas e julgamentos – A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos e estimativas e estabeleça premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos relevantes são revisados continuamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente. De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive quanto a variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, são incluídos comentários referentes a alguns assuntos, conforme segue: Julgamentos e estimativas relevantes: a) Vida útil do ativo imobilizado: A Companhia reconhece a depreciação de seu ativo imobilizado com base em vida útil estimada, que é baseada nas suas práticas e experiência prévia e reflete a vida econômica desses ativos. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar em decorrência de diversos fatores. As vidas úteis do imobilizado também afetam os testes de recuperação de seu custo. b) Redução dos valores de recuperação dos ativos: A cada encerramento de exercício, a Companhia revisa os saldos dos ativos intangíveis, imobilizado e direito de uso, avaliando a existência ou não de indicativos de que esses ativos têm sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo por meio do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente,				
		31/12/2025	31/12/2024	
Aerogeradores e instalações		25	25	
Móveis, utensílios e equipamentos		10	10	
Máquinas e equipamentos		10	10	
Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” nas demonstrações do resultado. i) Intangível: Representado por licenças e direitos para implantação e operação, com vida útil definida e adquiridos de terceiros, são registrados ao custo e serão amortizados da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base no prazo do Contrato de Energia de Reserva (“CER”), 20 anos a partir do início das operações. g) Redução ao valor recuperável – “impairment”: No fim de cada exercício, a Administração da Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos não serão recuperáveis pelas operações ou por sua alienação. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de estimar o montante de perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável individual de um ativo, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados a cada unidade geradora de caixa ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. O montante recuperável é o maior entre o valor justo (menos os custos na venda) ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de				

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 16/05/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



... continuação

contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente a condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação do ativo de direito de uso, em anos, é como segue:

	2025	2024
Edificações e instalações	23	23
Veículos	3	3
Móveis e utensílios	3	3
Máquinas e equipamentos	1	1

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Ao mensurar os passivos de arrendamento para arrendamentos classificados como operacionais, a Companhia descontou os pagamentos de arrendamento utilizando sua taxa incremental sobre empréstimo. Segue abaixo taxas de desconto aplicadas:

	Contratos 2025	Contratos 2024
Até um ano	16,72%	13,45%
Até dois anos	16,28%	14,03%
Até cinco anos	15,30%	14,35%
Até dez anos	15,41%	14,49%

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; • Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; • Valores que se espera sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e • O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial. Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor: A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, inferior a 12 meses, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. j) Fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. k) Provisões: Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício apresentado, considerando os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. A provisão para riscos trabalhistas, civis e tributários está registrada de acordo com a avaliação de risco (perdas prováveis) efetuada pela Administração da Companhia e por seus consultores jurídicos, inclusive quanto à sua classificação no longo prazo. A provisão para desmobilização de ativos imobilizados é contabilizada de acordo com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e a ICP 12 – Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares. As provisões da Companhia referem-se à obrigação legal e foram determinadas com base nos custos estimados a incorrer no desmantelamento, desinstalação e remoção dos aerogeradores e obras civis, quando do término do contrato de arrendamento. l) Lucro básico e diluído por ação: Básico: calculado com base nas quantidades médias ponderadas de ações ordinárias em poder dos acionistas em circulação durante os exercícios apresentados. Diluído: calculado com base na quantidade média ponderada de ações ordinárias e ações ordinárias potenciais diluidoras em circulação durante os exercícios apresentados. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possui instrumentos com efeito dilutivo no lucro por ação. m) Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio: A distribuição de dividendos e os juros sobre o capital próprio para os acionistas são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras, sendo o primeiro com base no estatuto social da Companhia e o segundo conforme aprovação extemporânea. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral Extraordinária. n) CPC 47/IFRS 15 – Receita de contratos de clientes: A receita é calculada pelo valor justo da prestação recebida ou a receber. A receita é reduzida pelas devoluções de clientes, estornos e outros abatimentos semelhantes. A receita da venda de energia é reconhecida quando todas as condições a seguir são atendidas: • A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade da energia. • A Companhia não possui envolvimento administrativo contínuo no nível normalmente associado à propriedade ou controle efetivo sobre as energias vendidas. • O valor da receita puder ser confiavelmente mensurado. • For provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia. • Os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser confiavelmente mensurados. A receita proveniente da venda de energia é reconhecida quando as energias são geradas e disponibilizadas e a titularidade/controlado é transferida. A Companhia comercializou a energia elétrica produzida em sua planta de geração de energia eólica nas seguintes modalidades: • Vendas de energia de LER, no qual os valores são faturados conforme geração efetiva, dentro da quota de energia leiloadas pela ANEEL em operações destinadas à contratação de energia de reserva. Ao vencer o leilão, a Companhia se compromete a gerar e entregar energia, exclusivamente, para as cotas de energia de reserva contratada pela COEE. O recebimento da comercialização LER ocorre mensalmente na proporção de 1/12 da cota anual contratada. • Vendas de energia no mercado livre – PLD, no qual os valores são faturados em ambiente de contratação livre, sendo a energia destinada ao mercado de curto prazo. A receita é reconhecida no período em que há a entrega da energia comercializada. Esta modalidade de comercialização foi utilizada no período de testes dos aerogeradores. o) Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem receitas de rendimento de depósito bancário de curto prazo, juros de duplicatas a receber, descontos obtidos, e outras receitas financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, descontos concedidos entre outras despesas financeiras. p) Imposto de renda e contribuição social: A despesa com imposto de renda e contribuição social é representada pelos impostos correntes. i) Impostos correntes: A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro presumido do trimestre, a taxas de impostos com vigência na data-base das demonstrações financeiras. q) Demonstração do fluxo de caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento CPC 03 (R2) (IAS 7) – Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e reflete as modificações no caixa e equivalentes de caixa que ocorreram nos exercícios apresentados. r) Outros ativos disponíveis para coligadas: Determinados bens, peças e materiais são adquiridos pela Companhia, por meio de sua estrutura de holding, com a finalidade exclusiva de atender às necessidades operacionais de empresas coligadas. Tais ativos não se destinam ao consumo próprio da Companhia, nem à atividade de revenda a terceiros, caracterizando-se como ativos mantidos temporariamente até o seu repasse às respectivas partes relacionadas. Esses ativos são registrados inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos diretamente atribuíveis à compra, e apresentados no Ativo Circulante, no grupo Outros Ativos, enquanto não efetuado o repasse às coligadas. O reconhecimento contábil reflete a substância econômica da operação, uma vez que a Companhia atua como centralizadora do processo de aquisição. 5. Novas normas e interpretações – 5.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025: A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam

vigentes. Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade: Para os períodos anuais de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2025, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Esta mudança específica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras do Grupo: Alterações ao CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICP 09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial: Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e a Interpretação Técnica ICP 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. 5.2. Normas emitidas, mas ainda não vigentes: IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements – PFS) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entradas em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. Os impactos materiais iniciais esperados sobre as demonstrações financeiras da empresa são os seguintes: • A receita de aluguel, a variação no valor justo de propriedades para investimento e a participação no lucro de uma coligada e de um empreendimento conjunto serão classificadas na categoria de investimento, dentro da demonstração do resultado. • As diferenças de variação cambial serão classificadas na categoria da demonstração do resultado (receita e a despesa) em que estiverem os itens que deram origem a tais diferenças de câmbio. • Serão incluídas novas divulgações, compreendendo: (a) medidas de desempenho definidas pela administração (Management-defined performance measures – MPMs); (b) despesas específicas por natureza, caso as despesas sejam apresentadas por função na categoria operacional da demonstração do resultado; e (c) uma conciliação, para cada linha da demonstração do resultado, entre os valores representados de acordo com o IFRS 18 e os montantes anteriormente apresentados de acordo com o IAS 1 (CPC 26 (R1)). • Os juros recebidos e os juros pagos passarão a ser classificados, respectivamente, nas atividades de investimento e atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa, conforme o CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa. No Brasil, o CPC 26 será substituído pelo CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis (equivalente a IFRS 18), atualmente o CPC e suas entidades congregadas estão ainda em processo de discussão dos eventuais conflitos do CPC 51 com a legislação societária vigente. Embora ainda as discussões não tenham encerrado, não se espera alterações substanciais na atual legislação. IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações: Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicarem os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. Como os instrumentos patrimoniais da Companhia são negociados publicamente, ele não é elegível para a aplicação do IFRS 19. Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: Em maio de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu as alterações à IFRS 9 e IFRS 7 – Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos: As principais alterações introduzidas são as seguintes: • Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na "data de liquidação" e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação. • Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados. • Esclarecimentos sobre o que constitui "características sem direito de regresso" e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados. • Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI) As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas. A Companhia não antecipa que essas alterações terão impacto material sobre suas demonstrações financeiras consolidadas, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC. Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11: Em julho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contábeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatário Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 – Instrumentos Financeiros), IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa). Em convergência com essas atualizações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais mudanças em futuras revisões dos seguintes pronunciamentos técnicos correspondentes. As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, que deve ser divulgada. As altera-

ções não são esperadas para ter impacto material sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais: Em dezembro de 2024, o IASB emitiu as Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais. As alterações se aplicam apenas a contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais e: • Esclarecem a aplicação dos requisitos de "uso próprio" para os contratos abrangidos. • Alteram os requisitos de designação de um item objeto de hedge em uma relação de hedge de fluxo de caixa para os contratos abrangidos. • Adicionam novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam o efeito desses contratos em vigor e o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. As alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, desde que divulgada. As alterações relacionadas à exceção de uso próprio devem ser aplicadas retrospectivamente, enquanto as alterações relativas à contabilidade de hedge devem ser aplicadas prospectivamente às novas relações de hedge designadas a partir da data inicial de aplicação. Além disso, as alterações de divulgação da IFRS 7 devem ser implementadas em conjunto com as alterações da IFRS 9. Caso a entidade não represente as demonstrações financeiras comparativas, não poderá apresentar divulgações comparativas. 6. Instrumentos financeiros – As operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras conforme o quadro a seguir:

Controladora	Hierarquia	31/12/2025		31/12/2024	
		Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Ativos financeiros					
Valor justo por meio do resultado					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	6.490	6.490	10.373	10.373
Dividendos a receber	Nível 2	4.447	4.447	4.033	4.033
		10.937	10.937	14.406	14.406
Passivos financeiros					
Custo amortizado					
Fornecedores	Nível 2	(535)	(535)	–	–
Dividendos a pagar	Nível 2	(18.880)	(18.880)	(4.113)	(4.113)
Outras contas a pagar	Nível 2	–	–	(595)	(595)
		(19.415)	(19.415)	(4.708)	(4.708)
		10.937	10.937	14.406	14.406

O quadro acima apresenta os ativos financeiros classificados de acordo com o CPC 40 (R1) e as novas categorias de mensuração de acordo com o CPC 48. O pronunciamento técnico CPC 48 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração. O pronunciamento técnico CPC 48 também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado. Os três níveis de hierarquia de valor justo são: • Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos. • Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços). • Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado. Os seguintes métodos e premissas foram adotados: Mensurados a valor justo por meio do resultado: Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e contas a receber de partes relacionadas estejam próximos de seus valores justos, em virtude do curto prazo das operações realizadas. O valor contábil aproxima-se do seu valor justo em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem possibilidade de resgate imediato. Ativo ou Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado: Os valores registrados contabilmente aproximam-se razoavelmente do valor justo pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. De acordo com sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante sua avaliação potencial. Os principais fatores de risco que afetam as operações da Companhia estão apresentados a seguir: a) Estrutura de gerenciamento de risco: A Administração tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco e é responsável por monitorar e analisar os cenários econômico-financeiros com o objetivo de identificar os riscos ao qual a Companhia está exposta, bem como mapear possíveis impactos em variáveis financeiras ou econômicas que possam gerar impactos, tais como oscilações de taxa de câmbio, taxas de juros e/ou outros indicadores. Foram estabelecidas políticas de gerenciamento de riscos para identificar e analisar os riscos de exposição e definir os limites de risco aceitáveis, além de ter sido criada uma estrutura de controles apropriada para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos, uma vez que tanto as políticas quanto a estrutura de controles são revisados em uma base regular. b) Riscos de crédito: Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. Exposição a riscos de crédito: O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	6.490	10.373	27.132	23.749
Contas a receber de clientes (Nota 8)	–	–	9.918	13.519
Títulos e valores mobiliários (Nota 9)	–	–	60.286	51.689
Dividendos a receber	4.447	4.033	–	–
Outras contas a receber	–	–	5.223	4.629
	10.937	14.406	102.559	93.586

Os critérios para aceitação de novos clientes incluem uma análise da condição financeira e perfil socioeconômico, com definição de limites de crédito e termos de pagamento. A análise dessas informações pela Companhia pode incluir referências bancárias. Os limites de crédito são estabelecidos para cada cliente, de forma individual, e representam o montante máximo de exposição aceita para aquele cliente. Esses limites são revisados sempre que necessário ou solicitado. Clientes que não possuem limites de crédito aprovados somente são atendidos mediante pagamento antecipado. c) Risco de mercado: Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preço das matérias-primas, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo maximizar retornos. A Companhia está sujeita aos seguintes riscos descritos abaixo: i) Risco de taxa de juros: Decorre da possibilidade de a Companhia estar sujeita aos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. A Administração efetuou uma análise de sensibilidade supondo: (i) que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2025 fosse mantido, e (ii) que os respectivos indexadores anuais acumulados nos últimos 12 meses para esta data base, permanecessem estáveis, os efeitos que seriam registrados nas demonstrações financeiras para os próximos 12 meses seria uma receita financeira de R\$ 8.503 no consolidado e R\$ 10.629 no consolidado, e uma despesa financeira de R\$ 8.503 no consolidado. Caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o valor do resultado financeiro seria impactado em:

	Fluxo de caixa contratual	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2025					
Dividendos a pagar	18.880	18.880	–	–	–
Posição líquida	18.880	18.880	–	–	–

continua...

Controladora

Ativos financeiros	Hierarquia	31/12/2025		31/12/2024	
		Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Valor justo por meio do resultado					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	6.490	6.490	10.373	10.373
Dividendos a receber	Nível 2	4.447	4.447	4.033	4.033
		10.937	10.937	14.406	14.406
Passivos financeiros					
Custo amortizado					
Fornecedores	Nível 2	(535)	(535)	–	–
Dividendos a pagar	Nível 2	(18.880)	(18.880)	(4.113)	(4.113)
Outras contas a pagar	Nível 2	–	–	(595)	(595)
		(19.415)	(19.415)	(4.708)	(4.708)
		10.937	10.937	14.406	14.406

Consolidado

Ativos financeiros	Hierarquia	31/12/2025		31/12/2024	
		Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Valor justo por meio do resultado					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	27.132	27.132	23.749	23.749
Títulos e valores mobiliários	Nível 2	60.286	60.286	51.689	51.689
Custo amortizado					
Contas a receber de clientes	Nível 2	9.918	9.918	13.519	13.519
Outras contas a receber	Nível 2	5.223	5.223	4.629	4.629
		102.559	102.559	93.586	93.586
Passivos financeiros					
Custo amortizado					
Fornecedores	Nível 2	(2.339)	(2.339)	(1.001)	(1.001)
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	(93.749)	(93.749)	(110.665)	(110.665)
Passivo de arrendamento	Nível 2	(5.883)	(5.883)	(5.603)	(5.603)
Dividendos a pagar	Nível 2	(18.880)	(18.880)	(4.113)	(4.113)
Outras contas a pagar	Nível 2	(30.645)	(30.645)	(21.879)	(21.879)
		(151.496)	(151.496)	(143.267)	(143.267)

Os critérios para aceitação de novos clientes incluem uma análise da condição financeira e perfil socioeconômico, com definição de limites de crédito e termos de pagamento. A análise dessas informações pela Companhia pode incluir referências bancárias. Os limites de crédito são estabelecidos para cada cliente, de forma individual, e representam o montante máximo de exposição aceita para aquele cliente. Esses limites são revisados sempre que necessário ou solicitado. Clientes que não possuem limites de crédito aprovados somente são atendidos mediante pagamento antecipado. c) Risco de mercado: Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preço das matérias-primas, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo maximizar retornos. A Companhia está sujeita aos seguintes riscos descritos abaixo: i) Risco de taxa de juros: Decorre da possibilidade de a Companhia estar sujeita aos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. A Administração efetuou uma análise de sensibilidade supondo: (i) que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2025 fosse mantido, e (ii) que os respectivos indexadores anuais acumulados nos últimos 12 meses para esta data base, permanecessem estáveis, os efeitos que seriam registrados nas demonstrações financeiras para os próximos 12 meses seria uma receita financeira de R\$ 8.503 no consolidado e R\$ 10.629 no consolidado, e uma despesa financeira de R\$ 8.503 no consolidado. Caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o valor do resultado financeiro seria impactado em:

	Fluxo de caixa contratual	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2025					
Dividendos a pagar	18.880	18.880	–	–	–
Posição líquida	18.880	18.880	–	–	–

continua...

Controladora

Ativos financeiros	Hierarquia	31/12/2025		31/12/2024	
		Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Valor justo por meio do resultado					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	6.490	6.490	10.373	10.373
Dividendos a receber	Nível 2	4.447	4.447	4.033	4.033
		10.937	10.937	14.406	14.406
Passivos financeiros					
Custo amortizado					
Fornecedores	Nível 2				

... continuação

ADS Energias Renováveis S.A.


	Consolidado					21. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas			
	Fluxo de caixa contratual	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Controladora		Consolidado	
Em 31 de dezembro de 2025	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores	2.339	2.339	-	-	-	-	-	7.602	11.372
Passivo de arrendamentos	18.487	1.026	1.000	1.790	14.671	-	-	(6.909)	(6.305)
Empréstimos e financiamentos	112.860	26.859	25.209	60.792	-	(141)	3	(757)	(590)
Dividendos a pagar	18.707	18.707	-	-	-	-	-	(64)	4.477
Outras contas a pagar	31.334	31.334	-	-	-	-	-	-	-
Posição líquida	183.727	80.265	26.209	62.582	14.671	-	-	-	-
7. Caixa e equivalentes de caixa									
	Controladora		Consolidado						
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024					
Caixa e bancos	49	54	13.190	6.146					
Aplicações financeiras	6.441	10.319	13.942	17.603					
	6.490	10.373	27.132	23.749					
(i) Referem-se aos certificados de depósito bancário, remunerados entre 98% e 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), em 2025 (98% e 100% em 2024) com liquidez imediata.									
8. Contas a receber de clientes – Consolidado	31/12/2025		31/12/2024						
Direitos a faturar (i)	9.918	13.519	9.918	13.519					
(i) Diretos a faturar refere-se a valores de geração de energia na qual não foram faturados contra a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica devido aos prazos contratuais, prazo médio para faturamento é de 60 dias.									
11. Investimentos – Controladora – a) Informações	Quantidade de ações possuídas		Patrimônio líquido		Participação direta (%)		Lucro líquido do exercício		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2024
ADS ER Eólica Complexo Senandes S.A.	159.704.541	159.704.541	174.953	173.623	100,00	100,00	1.744	16.974	-
ADS ER Eólica Vento Aragono I.S.A.	1	1	47.699	49.265	0,01	0,01	(1.566)	3.396	-
ADS ER Eólica Corredor do Senandes 2 S.A.	1	1	34.949	34.064	0,01	0,01	1.161	4.260	-
ADS ER Eólica Corredor do Senandes III S.A.	1	1	35.062	33.998	0,01	0,01	1.398	5.544	-
ADS ER Eólica Corredor do Senandes IV S.A.	1	1	44.353	44.291	0,01	0,01	81	4.342	-
b) Movimentação dos investimentos									
	ADS ER Eólica Complexo Senandes S.A.		Outros						
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024					
Em 31 de dezembro de 2023	169.750	169.750	17	169.767					
Dividendos distribuídos	(13.101)	-	-	(13.101)					
Equivalência patrimonial	16.974	1	1	16.975					
Em 31 de dezembro de 2024	173.623	18	18	173.641					
Dividendos distribuídos	(414)	(3)	(3)	(417)					
Equivalência patrimonial	1.744	1	1	1.745					
Em 31 de dezembro de 2025	174.953	16	16	174.969					
12. Direito de uso de ativos e passivo de arrendamento – Consolidado									
a) Direito de uso de ativos, líquido	Terrenos		Imóveis		Veículos		Equipamentos		Total
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2024
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.942	150	72	18	5.182	-	-	-	-
Adições e renovações	-	27	9	-	36	-	-	-	-
Depreciação	(220)	(58)	(56)	(18)	(322)	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	4.722	119	25	-	4.866	-	-	-	-
Adições e renovações	(231)	(119)	370	62	81	-	-	-	-
Depreciação	(226)	-	(34)	(10)	(269)	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	4.265	-	361	52	4.678	-	-	-	-
b) Passivo de Arrendamento	Terrenos		Imóveis		Veículos		Equipamentos		Total
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2024
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.066	184	50	21	5.321	-	-	-	-
Adições e renovações	-	27	9	-	36	-	-	-	-
Juros incorridos	1.089	17	3	3	1.112	-	-	-	-
Pagamentos	(714)	(60)	(62)	(24)	(860)	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	5.441	168	-	-	5.609	-	-	-	-
Adições e renovações	(231)	(119)	370	62	81	-	-	-	-
Juros incorridos	1.024	-	40	7	1.071	-	-	-	-
Pagamentos	(772)	(49)	(44)	(13)	(878)	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	5.462	-	365	56	5.883	-	-	-	-
Circulante									
Não circulante									
	190		5.693		5.883		5.883		
13. Imobilizado – Consolidado									
	Desmobilização		Aerogeradores e instalações		Móveis e utensílios		Máquinas e equipamentos		Imobilizado em andamento
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2024
Saldo em 31 de dezembro de 2023	8.022	237.516	181	1.145	372	247.236	-	-	-
Aquisições	-	-	332	193	662	1.187	-	-	-
Transferência	72	-	-	-	(72)	-	-	-	-
Depreciação	(16.983)	(160)	(132)	-	-	(17.275)	-	-	-
Baixa	-	-	-	-	(642)	(642)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	8.022	220.605	353	1.206	320	230.506	-	-	-
Aquisições	-	3	153	144	9	(15)	-	-	-
Transferência (*)	-	261	(72)	41	(245)	(11.882)	-	-	-
Depreciação	(4)	(11.576)	(89)	(213)	-	(7.338)	-	-	-
Baixa	(7.338)	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	680	209.293	345	1.178	75	211.571	-	-	-
(*) O valor na linha de transferências na movimentação do imobilizado, refere-se a itens adquiridos e mantidos na rubrica "Imobilizados em andamento" em períodos anteriores e transferidos para a rubrica de intangível durante o ano para classificação adequada desses itens.									
14. Empréstimos e financiamentos – Consolidado									
	Taxa de juros		Vencimento		31/12/2025		31/12/2024		Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2024
Empréstimos e financiamentos – BNDES – moeda nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ADS ER Vento Aragono TJLP +2,51% a.a.	-	-	Out/30	-	26.095	30.793	-	-	-
ADS ER Senandes II TJLP +2,51% a.a.	-	-	Out/30	-	19.095	22.533	-	-	-
ADS ER Senandes III TJLP +2,51% a.a.	-	-	Out/30	-	24.204	28.562	-	-	-
ADS ER Senandes IV TJLP +2,51% a.a.	-	-	Out/30	-	24.355	28.777	-	-	-
	-	-	-	-	93.749	110.665	-	-	-
Circulante									
Não Circulante									
	20.011		19.549		73.738		91.116		111.166
Em 04 de outubro de 2013, as controladas da Companhia firmaram contrato de financiamento com o BNDES no montante de R\$277.440, com vencimento final em 15 de setembro de 2030. A primeira tranche, no montante de R\$223.036, foi liberada no dia 29 de novembro de 2013 e a segunda tranche, no montante de R\$28.079 foi liberada em 27 de agosto de 2014. Em 23 de dezembro de 2015, o BNDES liberou a terceira tranche no montante de R\$20.737, a quarta tranche de R\$1.179 foi liberada em 18 de agosto de 2017, a quinta tranche R\$157 foi liberada em 27 de junho de 2018, a sexta tranche no montante de R\$345 foi liberada em 24 de maio de 2019. Houve cancelamento do saldo de R\$1.250 e alteração de R\$2.657 do saldo inicial das controladas, desta forma, não há mais valores a serem liberados nesses contratos. a) Movimentações									
Saldo em 31 de dezembro de 2023					128.879				
(+) Encargos provisão de juros					9.988				
(-) Juros pagos					(10.082)				
(-) Amortização do principal					(19.087)				
(+/-) Atualização monetária sobre pagamentos de financiamentos					967				
Saldo em 31 de dezembro de 2024					110.665				
(+) Encargos provisão de juros					8.549				
(-) Juros pagos					(8.588)				
(-) Amortização do principal					(19.402)				
(+/-) Atualização monetária sobre pagamentos de financiamentos					2.525				
Saldo em 31 de dezembro de 2025					93.749				
b) Garantias: O financiamento de longo prazo do BNDES foi concedido sob a modalidade de project finance ou financiamento com garantias de projeto, onde constituem-se como garantias dos credores a cessão fiduciária dos direitos creditórios, a cessão dos direitos emergentes da concessão e o penhor das ações da Companhia e suas controladas. c) Covenants: Os contratos de empréstimos realizados junto ao BNDES possuem cláusulas de obrigações especiais que requerem o cumprimento de determinados índices financeiros (covenants), conforme segue: (i) Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) superior a 1,30x (um inteiro e três décimos), apurado anualmente conforme cálculo (ICSD = (Geração de caixa/Custo da dívida), comprovado mediante a apresentação de demonstrações financeiras auditadas, no período de 12 meses; d) Prazo de vencimento: O montante total registrado tem a seguinte composição consolidada, por ano de vencimento:									
	31/12/2025		31/12/2024						
2026	20.011	19.549							
2027	19.752	19.197							
2028	19.752								

... continuação

ADS Energias Renováveis S.A.

sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Campinas, 30 de março de 2026.

Ernst & Young
Audidores Independentes S.S. Ltda.
CRC SP-027.623/F
Cristiane Cléria S. Hilario
CRC SP-243.766/O



Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

datamercantil.com.br

☎ **Contato:** (11) 3361-8833

✉ **Orçamentos:** comercial@datamercantil.com.br

DATA São Paulo
MERCANTIL

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 16/05/2026



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

